

DAS LUTAS PELA DIFUSÃO DO ENSINO ELEMENTAR NO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA À ADMINISTRAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS PELOS GRUPOS PRIVADOS NO ESTADO DE GOIÁS.

Amanda Beatriz Silva de Godoi¹(IC)*; Veralúcia Pinheiro²(PQ)
e-mail: godoiamanda2016@gmail.com

Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis

Resumo:

O presente artigo é resultado de nossa participação no projeto de pesquisa sobre a proposta governamental de transferência das escolas públicas para as Organizações Sociais (OSs) cujo plano de trabalho consiste em analisar tal proposta, porém levando em conta a história da educação em nosso país, especialmente as ações desenvolvidas no final da Primeira República. Este período foi marcado por reivindicações que cobravam a difusão da escola pública, por ideias nacionalistas e por preocupações quantitativas. Em contrapartida nos anos 1990, sem renunciar aos mesmos ideais nacionalistas, mas neste momento com um discurso voltado para a qualidade na educação, a (contra) reforma no Estado, desencadeada pelo governo abre espaço para grupos empresariais, retomando velhas práticas políticas comuns no Brasil e que consiste em uma espécie de simbiose entre o Estado e o Capital. No Estado de Goiás, a expressão mais evidente dessa simbiose é a proposta de transferência da gestão das escolas públicas para o setor privado, por meio das Organizações Sociais (OSs). O pressuposto da nossa pesquisa, é que a proposta de implantação das OSs representa o desmonte da escola pública, instituição considerada imprescindível pelos positivistas e liberais das primeiras décadas do século XX.

Palavras chaves: Educação. Goiás. Administração. Privatização.

Introdução

A pesquisa que ora desenvolvemos diz respeito ao projeto governamental de transferência da administração das escolas públicas de Goiás para grupos privados. Todavia, para compreender esta história presente buscamos conhecer nosso passado educacional, especialmente no final da Primeira República, para então, compreendermos nossa situação atual.

De acordo com Paiva (2003), o final da Primeira República foi marcado por lutas pela difusão da escola pública, pelo nascimento da radiodifusão com objetivos educacionais, uma vez que os nacionalistas envolvidos com tal programa viam na radiodifusão um meio para solucionar o problema educativo brasileiro, caracterizado pelo analfabetismo. Por outro lado, as preocupações com a qualidade da educação desembocaram no Inquérito sobre a Instrução Pública no Estado de São Paulo, cujo

responsável foi Fernando de Azevedo. Paralelamente, em pleno século XXI, observamos que os discursos pouco mudaram. A partir de uma suposta preocupação com a qualidade, o governo do Estado de Goiás, apresenta uma posta de desmonte da escola pública, instituição considerada imprescindível pelos positivistas e liberais das primeiras décadas do século XX.

Material e Métodos

Para a investigação de nosso objeto de estudo, realizamos pesquisas bibliográficas e documentais, utilizando textos, cujos autores investigaram a educação escolar na sociedade moderna, além de documentos (Leis, Pareceres, Decretos) relacionados com o tema.

Por intermédio da pesquisa bibliográfica, procuramos compreender o fenômeno das reivindicações da escola pública no final da Primeira República, e paralelamente analisar o momento atual em que o campo da educação enfrenta o projeto do governo de transferir a administração das escolas públicas para grupos privados.

A pesquisa documental foi realizada a partir da consulta aos Decretos e Leis instituídos com o objetivo de garantir legalidade as Organizações Sociais. Ao mesmo tempo, procedemos à leitura de obras, cujos autores desenvolveram reflexões sobre a reforma do Estado no Brasil dos anos 1990, buscando apreender as contradições entre esta (contra) reforma da política educacional e a necessidade de democratização da escola pública. As análises a respeito do projeto de transferência da gestão das escolas públicas para grupos privados foram antecedidas por estudos sobre os movimentos nacionalistas pela difusão da escola no final da Primeira República.

Resultados e Discussão

O final da Primeira República, para Paiva (2003), representa o período mais importante do século XX para a história da educação, pois, foi neste período que a concepção de educação-panaceia adquiriu força, servindo para encobrir os verdadeiros problemas da sociedade brasileira, além do fato de que emergiu e se fortaleceu uma concepção humanitarista da educação e a ideia do analfabeto como

incapaz se radicalizou. Mas foi também neste momento, que essas concepções foram contestadas por meio do tecnicismo educacional e sob a influência dos emergentes profissionais da educação.

Apesar de ter adquirido força no final da Primeira República, a concepção de educação-panaceia continua presente nos discursos dos políticos, e também dos meios de comunicação, ela é usada como pressuposto para o desenvolvimento do país, para erradicação da pobreza, para garantia de empregabilidade, entre outros.

Em pleno contexto das políticas neoliberais, o governo do Estado de Goiás em 05 de setembro de 2011, lança o Pacto Pela Educação seguindo as diretrizes do PNDE (Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação) implantado no ano de 2007, pelo MEC (Ministério da Educação), intitulado “Compromisso Todos Pela Educação”. Estruturado em cinco Pilares Estratégicos (PE), divididos em dez Metas Gerais (MG), subdivididas em vinte e cinco Iniciativas (I), o documento Pacto pela Educação se apresenta como proposta de sustentação da reforma educacional do Estado. Tais pilares de sustentação do Pacto apontam a direção para as ações do Estado e as iniciativas, subscritas nos pilares, as quais determinam os mecanismos para uma suposta promoção das melhorias na rede de educação básica.

No entanto, o Pacto pela Educação (2011) expressa em seu Pilar n. 5, o objetivo de realizar uma profunda reforma na gestão da educação, o conteúdo de tal proposta de reforma somente foi esclarecida em 2016 com o projeto de transferência da gestão das escolas públicas para o setor privado, por meio das Organizações Sociais (OSs).

Considerações Finais

A simbiose Estado-capital, intensificada a partir da década de 1990, fica bastante evidente em Goiás com a proposta de transferência da gestão das escolas públicas para o setor privado, por meio das organizações sociais. Esta dualidade setorial público-privada, segundo Cunha (2014), é fundante da educação brasileira, por isso, não há nada de original, nestas propostas de parcerias entre a esfera pública (Estado) e a privada, como resposta a uma suposta crise de eficácia da administração pública.

O lançamento do Pacto Pela Educação antecede a proposta de implantação das Organizações Sociais, e seu objetivo central seria uma abstrata promoção do

desenvolvimento da educação básica estadual, com projeções futuras de colocá-la em uma posição de destaque no interior do sistema educacional brasileiro. No entanto, as análises desse mesmo documento nos permitem constatar as contradições existentes entre a proposta da reforma e a ação efetiva do Estado no sistema educacional goiano.

Em entrevista ao Jornal Opção, em 17 de setembro de 2011, doze dias após o lançamento do Pacto, o então titular da SEDUCE, Thiago Peixoto, discute as diretrizes e metas do Pacto, porém, seu discurso deixa lacunas que nos fazem refletir sobre os reais interesses da proposta. Sobre o custo total da execução da reforma, Thiago Peixoto afirma que este está estimado em R\$ 600 milhões e que em tese, a verba se encontra disponível e quando questionado sobre o significado desse “em tese”, ele responde que um dos diagnósticos feitos

foi o de gestão, especialmente o financeiro. Localizamos na secretaria hoje um potencial de economia de R\$ 200 milhões por ano. É um volume de recurso suficiente para implementar o plano. Um dos pilares principais é exatamente a melhoria da gestão, gastando melhor o recurso que tem. Queremos sim mais recursos na educação, mas queremos também gastar melhor os recursos que já temos. Temos orçamento anual definido e dentro desse orçamento, nos gastos que a secretaria tem hoje, já localizamos onde podemos economizar para fazer essas mudanças. E muita economia já foi feita (SILVEIRA, 2011).

Ora, se o financiamento da reforma educacional depende da economia que se fará com a otimização dos gastos do Estado com a educação, isso significa obviamente contenção de despesas, resultando na precarização de áreas estratégicas da educação como, por exemplo, o não pagamento do piso salarial nacional dos professores. Mas questionado sobre isso, o Secretário afirma que essa é uma das prioridades do Pacto e reforça o compromisso de valorizar a carreira docente para que os professores se sintam motivados e desenvolvam um bom trabalho, porém, diante das dificuldades financeiras que passa o Estado, segundo o secretário, esse compromisso ainda não está sendo cumprido em virtude de que o esforço não deve ser apenas da Seduc, mas deve coexistir junto aos esforços do governo Estadual.

Portanto, a proposta de promover uma reestruturação da rede estadual de ensino não leva em consideração a importância das condições de trabalho e salário dos professores. Tal reestruturação apenas se traduz na proposta de transferir a

gestão das escolas públicas para grupos privados, as chamadas Organizações Sociais.

Agradecimentos

Ao Programa Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás;

Ao Programa de Bolsa de Incentivo ao Pesquisador da Universidade Estadual de Goiás – PROBIP/UEG.

Referências

CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo: 3ª. edição, Difel, 1975.

CUNHA, Luiz Antônio. “O legado da ditadura para a educação brasileira”. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 24/11/2016.

FREITAS, Luis Carlos de. a destruição do sistema público de educação. Disponível em : <http://www.cdn.ueg.br/arquivos/desenvolvimento_curricular_134/conteudoN/2673/Texto_-_REFORMADORES_EMPRESARIAIS_E_EDUCACA0.pdf>. Acesso em: 20/05/2017.

FREITAS, Luis Carlos de. **Os empresários e a política educacional**: como o proclamado direito á educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresarias. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594>>. Acesso em: 29/07/2016.

GOIÁS, SEDUCE. **Reforma educacional de Goiás**. Pacto pela educação. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/default.asp>>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: 6ª. ed., Loyola, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2002.

SILVEIRA, Thiago Mello Peixoto da. **A reforma educacional é de mudança e isso gera desconforto**. In: *Jornal Opção* (online). 1888 ed. Goiânia: 2011. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/entrevista/a-reforma-educacional-e-de-mudanca-e-isso-gera-desconforto>>. Acesso em: 18 de novembro de 2016.